

Planejamento Turístico em Unidades de Conservação Públicas: Espeleoturismo no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), SP¹

Heros Augusto Santos Lobo²

Isabela de Fátima Fogaça³

Resumo

O presente artigo apresenta as principais características do sistema turístico receptivo do PETAR, bem como as soluções apontadas no programa de uso público dos planos de manejo espeleológico de 20 de suas cavernas. Sua realização partiu de pesquisa bibliográfica e documental sobre o turismo no PETAR, de trabalhos complementares de campo e de análise de dados realizados com base na modelagem sistêmica do turismo, bem como por meio de seus pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças. Percebeu-se que o foro de decisões que mais influencia o sistema turístico local é o Conselho Consultivo do PETAR, que acaba fazendo o papel do COMTUR. Esse quadro favorece a ausência de políticas públicas locais de turismo e faz com que a gestão do turismo fique a cargo da esfera pública estadual. A sobreposição de papéis ainda impede o fortalecimento da cadeia produtiva do turismo. Assim, neste diagnóstico e nos perfis de público, foram propostas sete diretrizes principais, divididas em 19 linhas de ação para o programa de uso público das cavernas do PETAR.

Palavras-chave: Unidades de Conservação; PETAR; Sistema Turístico Local; Uso Público; Espeleoturismo.

1. Introdução

As unidades de conservação da natureza (UCs) são áreas protegidas por lei no Brasil, tendo seus objetivos e limites de uso definidos, em linhas gerais, pelo *Sistema Nacional de Unidades de Conservação* (SNUC), lei federal do ano 2000. Pelo SNUC as UCs são divididas em dois grupos, as de preservação integral e as de uso sustentável, e em diversas categorias, como Áreas de Proteção Ambiental, Monumentos Naturais e os Parques, entre outras.

Quanto aos Parques, são UCs de domínio público, de Proteção Integral, que podem ser Nacionais, Estaduais ou Naturais Municipais. Nestes é permitido o uso sustentável e indireto dos recursos naturais protegidos, no que se incluem as atividades de ecoturismo e educação

¹ Este artigo é fruto de uma análise realizada pelos autores durante sua participação na elaboração dos Planos de Manejo Espeleológico de 32 cavernas nos Parques Estaduais Intervales, Turístico do Alto Ribeira, da Caverna do Diabo e do Rio Turvo, localizados no Vale do Ribeira, SP. Parte de seu conteúdo integra o documento final dos Planos de Manejo Espeleológico.

² Bacharel em Turismo, mestre em Geografia, doutorando em Geociências e Meio Ambiente. Seção de Espeleoturismo – Sociedade Brasileira de Espeleologia (SeTur/SBE). Coordenador de Projetos do Instituto Ekos Brasil. heroslobo@hotmail.com

³ Bacharel e Mestre em Turismo, doutoranda em Geografia. Professor Assistente do Curso de Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRuralRJ). isafog@hotmail.com

ambiental. Estas e outras formas de uso estão sujeitas aos limites e diretrizes estabelecidos nos Planos de Manejo elaborados para cada uma das UCs (BRASIL, 2000).

Os Planos de Manejo são instrumentos técnicos de planejamento, que determinam os limites e as possibilidades de uso de uma UC. São construídos a partir de um diagnóstico ambiental, que inclui o ambiente natural físico e biótico, o ambiente social e o patrimônio histórico cultural, tanto da área da UC quanto de seu entorno imediato (IBAMA, 2002).

No caso das UCs que contam com cavernas, além do plano de manejo, também é preciso elaborar um instrumento específico para o planejamento do uso do patrimônio espeleológico em bases sustentáveis, o Plano de Manejo Espeleológico (PME), cujo escopo, finalidade e procedimento diferem em alguns aspectos dos Planos de Manejo das UCs.

As principais diferenças entre os Planos de Manejo e o PMEs se dão em função do confinamento espacial do ambiente subterrâneo e da escala de detalhe nas pesquisas de diagnóstico (MARRA, 2001; LOBO et al., 2010).

A execução de diagnósticos ambientais permite a criação de diversas formas de prognóstico, que usualmente vêm sendo trabalhados na forma de projetos setoriais (IBAMA, 2002) ou, no caso específico do estado de São Paulo, como programas de gestão, conforme orientação do *Núcleo Planos de Manejo* da Fundação Florestal – órgão responsável pela gestão das áreas naturais protegidas no Estado.

Estes programas são detalhados no nível tático-operacional e, em alguns casos, no nível prático, por meio de diretrizes e planos de ação. São divididos por temas, como manejo, fiscalização, gestão institucional, monitoramento ambiental, pesquisa, educação ambiental, recursos humanos, regularização fundiária e uso público, sendo no programa de uso público que se apresenta a possibilidade de uso turístico do patrimônio espeleológico, por meio do espeleoturismo, sendo este último o enfoque da pesquisa realizada.

Neste contexto, o presente artigo apresenta as principais características do diagnóstico do sistema turístico receptivo do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), bem como as soluções apontadas para a elaboração do programa de uso público dos PMEs de 20 de suas cavernas espalhadas por seus quatro núcleos de visitação (Figura 1), buscando potencializar os aspectos positivos identificados e contornar os aspectos negativos.

A realização da pesquisa partiu de trabalhos e documentos anteriores existentes sobre o turismo no PETAR, em distintas escalas de detalhe e abordagem. Nesse sentido, os principais marcos teóricos que serviram de referência para a análise foram os trabalhos de

Fogaça (2008), Lobo (2008a), Figueiredo (2010), Fogaça et al. (2009) e Scaleante et al. (2009). Além disso, trabalhos complementares de campo e de análise de dados foram feitos com base na teoria de análise sistêmica do turismo de Beni (2006) e Martínez (2005), bem como por meio da análise de pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaça, ou seja, utilizando-se de uma matriz SWOT – *Strengts, Weaknesses, Opportunities, Threats* – com as características descritas em Swarbrooke; Horner (2002).

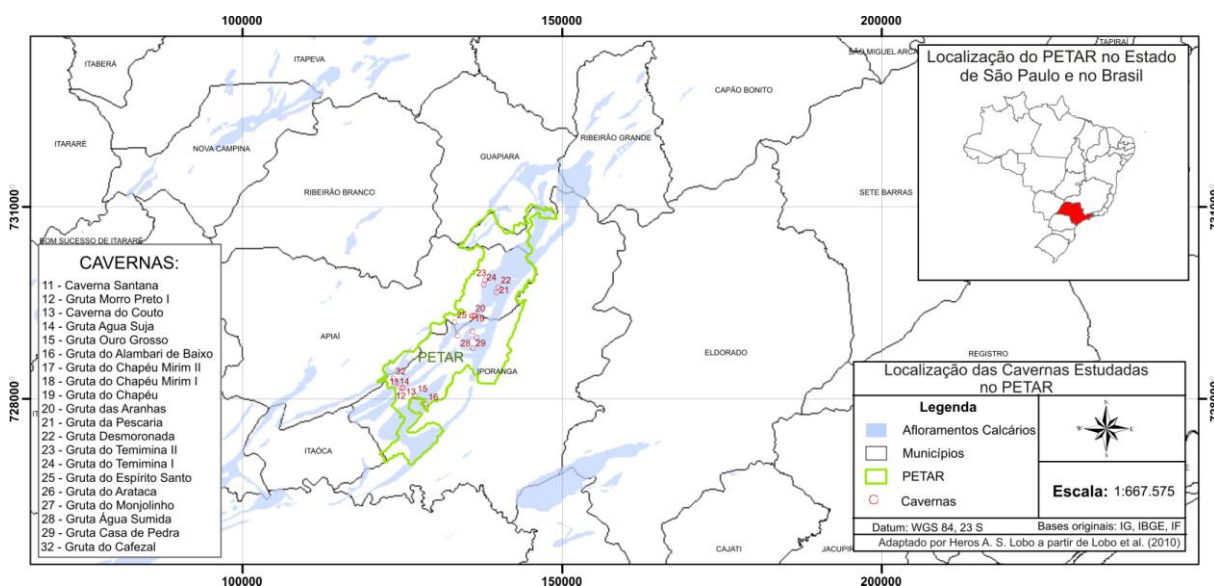


Figura 1. Localização do PETAR no Vale do Ribeira e das 20 cavernas abordadas quanto ao uso público.

2. Principais características do sistema turístico receptivo local no PETAR

O PETAR foi criado em 1958 pelo Decreto Estadual nº 32.283. Possui uma área de 35.102,83 ha, envolvendo parte dos municípios de Apiaí e Iporanga. No parque e em seu entorno imediato, importantes sistemas cársticos se desenvolvem em rochas carbonáticas.

A visitação no PETAR começou por meio de espeleólogos exploradores, principalmente nos anos de 1960 e 1970, em busca das grandes cavernas que a região abriga. A partir dos anos de 1980 o turismo começou a se intensificar na região, principalmente com a estruturação física do Núcleo Santana entre os anos de 1983 e 1989 (MARINHO, 2002).

A partir dos anos de 1990, o bairro da Serra do município de Iporanga, principal referência para quem visita o PETAR, começou a passar por inúmeras transformações físicas, fundiárias e sociais, decorrentes do crescimento nos volumes de visitação (FOGAÇA, 2008). O perfil dos visitantes também foi modificando, saindo de uma maioria formada por espeleólogos – que demandavam estruturas menos confortáveis de hospedagem e alimentação simples –, para a quase totalidade de turistas. Com isso, a região foi se transformando em

espaço para o desenvolvimento gradativo de um sistema turístico, com a participação de agentes locais e supralocais. Estes foram se apoderando gradativamente dos diversos papéis de organização e execução do turismo local, em alguns casos de forma bem distinta e, em outros, com papéis sobrepostos. Os principais componentes e processos identificados no sistema turístico em que o PETAR está inserido foram:

- Serviços de hospedagem: prestados por pousadas, pequenos hotéis, áreas de *camping* e estacionamentos para *trailers*
- Serviços de restauração: possuem características distintas em cada lugar. No bairro da Serra, em Iporanga, não existem prestadores de serviços específicos de restauração. Estes são prestados pelas pousadas, em pacotes conjugados com a hospedagem (meia pensão ou pensão completa). Em Iporanga e Apiaí existem restaurantes com refeições cosmopolitas, caracterizadas como comida “típica caipira” (LOBO, 2008b). Ainda em Apiaí, existem restaurantes um pouco mais sofisticados, com pratos da culinária italiana e japonesa
- Serviços de transporte turístico: Não existem prestadores de serviços de traslados entre os meios de hospedagem e os atrativos. A região é atendida por serviço de ônibus intermunicipal, que circula duas vezes ao dia entre Apiaí e Iporanga
- Operadoras de receptivo: Duas operadoras formais de receptivo no bairro da Serra, em Iporanga. Além disso, diversas pousadas atuam informalmente como operadoras, vendendo pacotes completos para feriados e finais de semana, que incluem os serviços de condução de visitantes, ingressos para o parque e, em alguns casos, até mesmo o seguro
- Condução de visitantes: Existem monitores ambientais locais formados e credenciados no PETAR. Em sua maioria, são moradores locais, dos municípios de Iporanga, Apiaí, Barra do Chapéu e Itaoca, em uma perspectiva de inclusão social
- Atrativos: A maioria dos atrativos se localiza no próprio parque, uma área pública de domínio estadual. Alguns atrativos em seu entorno se localizam em áreas particulares, tais como trilhas, cachoeiras e cavernas
- Ofertas complementares: Há pouca oferta complementar e serviços de entretenimento aos turistas, como alguns botecos, que servem pastéis e vendem bebidas, bem como bares em Iporanga e Apiaí. Poucas atividades culturais são desenvolvidas e a cultura local é subaproveitada enquanto atrativo. No Núcleo Santana, alguns produtos artesanais são comercializados no Centro de Visitantes

- Conselhos Municipais de Turismo (COMTURs): Ambos os municípios possuem seus COMTURs estruturados. Todavia, a sobreposição de papéis e o domínio público estadual nas áreas de maior atratividade turística imobilizam parcialmente a sua atuação. Efetivamente, não existe o Fundo Municipal de Turismo, o que também limita a atuação dos conselhos
- Políticas públicas locais de turismo: não existem políticas públicas municipais para o turismo na região, tais como resoluções de órgãos públicos, leis, decretos e outros
- Gestão do sistema local: O papel de gestão do turismo local acaba sendo assumido, por vezes, por agentes da esfera pública estadual, em função da presença marcante do Parque e da atuação regular de seu Conselho Consultivo.

A relação de dependência das comunidades locais com o espeleoturismo é outro aspecto ressaltado. Lobo (2008a) afirma que, durante o fechamento das cavernas no início do ano de 2008, o movimento turístico na região – em especial no bairro da Serra, em Iporanga – chegou próximo à zero. Com isso, diversas famílias locais foram prejudicadas, uma vez que tiram seu sustento diretamente da atividade espeleoturística, além de muitas outras que se beneficiam indiretamente com a atividade, por meio da movimentação da economia local.

O sistema de turismo local também foi prejudicado com o choque sentido pelas comunidades, visto que, diante da instabilidade do turismo, muitos monitores ambientais abandonaram a atividade, o que resultou em número insuficiente de profissionais para atendimento da demanda de visitantes e uma elevação dos preços dos serviços dos profissionais que ainda atuam regularmente. É comum em feriados de grande movimento a existência de grupos à procura de monitores tendo seus passeios frustrado pela ausência destes profissionais, visto que a maioria dos passeios exige o seu acompanhamento.

A ausência de auxílio técnico e a incipiência empresarial fazem com que o preço seja o principal instrumento de competição entre a maior parte das empresas de turismo locais e profissionais atuantes.

De um modo geral, observou-se também que o fluxo de visitação é mal distribuído, havendo uma concentração nos núcleos Santana e Ouro Grosso e baixa visitação nos núcleos Caboclos e Casa de Pedra. Esta distribuição desigual causa constrangimentos aos turistas que, muitas vezes, necessitam esperar horas para, por exemplo, visitar a caverna Santana, ao passo que encontram um aspecto de abandono em visita aos núcleos menos demandados.

Uma comparação com outro sistema turístico receptivo de natureza, em Bonito-MS, permite uma melhor compreensão dos problemas gerados pela troca de papéis e a multifuncionalidade de alguns agentes do sistema no PETAR.

Embora não possa ser considerado como um modelo, no sentido do pleno funcionamento do sistema turístico (LOBO; MORETTI, 2009), em Bonito-MS o poder público local, articulado com o poder público estadual e federal, preparou nas últimas décadas o município com infraestrutura básica e de apoio ao turismo, que atende tanto aos visitantes como a própria população. O sistema de turismo local compreende agentes com papéis bem definidos. Poder público (local, estadual e federal) como provedor de atrativos (como UCs, atrativos mais sensíveis à degradação, que merecem um controle maior, e áreas de lazer mais populares como os balneários) e regulamentador e incentivador de sua gestão e desenvolvimento; *trade* turístico (iniciativa privada) que provê equipamentos e serviços ao turismo, além de inúmeros atrativos; COMTUR responsável pela gestão integrada da atividade envolvendo poder público, iniciativa privada e sociedade em geral; e, Organizações Não Governamentais também responsáveis pela retroalimentação integrada do sistema, além de instituições supralocais como Universidades e de instituições de apoio às empresas, entre outras, que trabalham de forma articulada e em sintonia para o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável (GRECHI et al., 2009). A Figura 2 ilustra como se processam as relações entre os agentes envolvidos no COMTUR de municípios como Bonito e as diferenças identificadas no sistema turístico que abrange o PETAR.

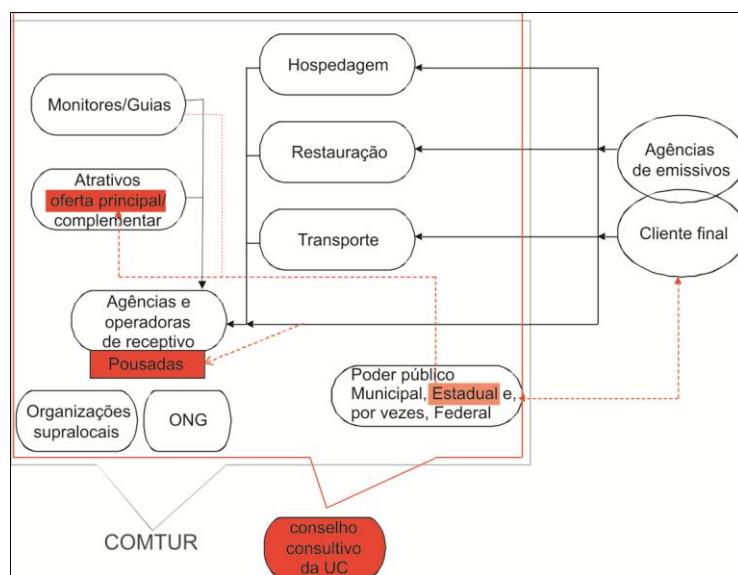


Figura 2. Diagrama de relações entre os agentes envolvidos com o turismo no âmbito do COMTUR em municípios como Bonito (baseado em GRECHI et al., 2009) e as principais diferenças observadas no sistema turístico do PETAR, destacadas em vermelho. Ver texto para explicações.

Tal como ilustrado na Figura 2, o foro de decisões que mais influencia o sistema turístico local é o Conselho Consultivo do PETAR, que acaba fazendo às vezes de COMTUR, embora suas decisões de aplicam à territorialidade representada pela UC e seu entorno, independente de qual município será afetado. Este Conselho é presidido pelo gestor do Parque, um representante do poder público estadual, o qual é também o detentor do controle do principal atrativo local. Por outro lado, as pousadas fazem grande parte do trabalho de receptivo local e de restauração, impedindo com isso o fortalecimento das agências de receptivo e dos bares, restaurantes e similares.

De um modo geral, a análise estratégica do PETAR, com enfoque nas questões de uso público do sistema turístico local, é apresentada nos Quadros 1 e 2, divididas por núcleos em função de suas semelhanças e diferenças.

Quadro 1. Análise estratégica do Uso Público – Núcleos Santana e Ouro Grosso

	Ambiente Interno	Ambiente Externo
	Pontos Fracos	Ameaças
Forças Restritivas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estrutura ineficiente para a visitação nas cavernas ▪ Controle precário do número de visitantes/caverna ▪ Cobrança de monitoria ambiental por diária, independente do número de pessoas no grupo ▪ Monitores ambientais em quantidade insuficiente ▪ Monitores ambientais com formação generalista, sem especialização para os roteiros de cavernas ▪ Ausência de serviços específicos de restauração ▪ Impossibilidade de agendamento prévio na visitação de cavernas ▪ Desconhecimento do perfil sazonal do público e de sua respectiva satisfação ▪ Dinâmica do fluxo de visitação nos roteiros de cavernas é pouco conhecida ▪ Inexistência de normas de credenciamento dos monitores ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Problemas constantes com as estradas ▪ Serviços públicos locais precários ▪ Serviços de pronto-atendimento de saúde operando em condições ineficientes para casos mais graves ▪ Impactos e danos ambientais gerados pela inoperância do poder público na gruta Alambari de Baixo ▪ Concorrência com outros destinos turísticos caracterizados como ecoturismo e turismo de aventura.
	Ambiente Interno	Ambiente Externo
	Pontos Fortes	Oportunidades
Forças Impulsoras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Destino turístico consolidado ▪ Receptividade da população local ▪ Qualidade da alimentação nas pousadas ▪ Quantidade e variedade de meios de hospedagem ▪ Operadoras de receptivo em consolidação ▪ Comercialização de artesanato local no Núcleo Santana ▪ Atuação efetiva do Conselho Consultivo da UC no uso público ▪ Potencial para atendimento a diferentes perfis de espeleoturistas ▪ Possibilidade de realização de eventos ecumênicos/religiosos nas grutas do Morro Preto e Alambari de Baixo. ▪ Existência de um Grupo Voluntário de Busca e Salvamento (GVBS). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exuberância da Mata Atlântica como atrativo complementar às cavernas ▪ Interesse crescente do poder público de Apiaí e Iporanga no desenvolvimento do espeleoturismo ▪ Articulação da comunidade local ▪ Necessidade da população local em alternativas de emprego e renda ▪ Apoio dos grupos de espeleologia.

Quadro 2. Análise estratégica do Uso Público – Núcleos Caboclos e Casa de Pedra

	Ambiente Interno	Ambiente Externo
	Pontos Fracos	Ameaças
Forças Restritivas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estrutura ineficiente de visitação nas cavernas ▪ Dificuldade de comunicação da sede com o Núcleo ▪ Controle inexistente do número de visitantes/caverna ▪ Cobrança de monitoria ambiental por diária, independente do número de pessoas no grupo ▪ Monitores ambientais em quantidade insuficiente ▪ Monitores ambientais com formação generalista, sem especialização para os roteiros de cavernas ▪ Poucas opções de serviços de hospedagem ▪ Ausência de operadoras de receptivo ▪ Ausência de serviços específicos de restauração ▪ Impossibilidade de agendamento prévio na visitação de cavernas ▪ Desconhecimento do perfil sazonal do público e de sua respectiva satisfação ▪ Dinâmica do fluxo de visitação nos roteiros de cavernas é pouco conhecida ▪ Inexistência de normas de credenciamento aos monitores ambientais ▪ Distância em relação ao plantão do GVBS. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Problemas constantes com as estradas ▪ Desarticulação da comunidade local ▪ Serviços públicos locais precários ▪ Serviços de pronto-atendimento de saúde distante do Núcleo ▪ Concorrência com outros destinos turísticos caracterizados como ecoturismo e turismo de aventura.
	Ambiente Interno	Ambiente Externo
	Pontos Fortes	Oportunidades
Forças Impulsoras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Destino turístico consolidado ▪ Atuação efetiva do Conselho Consultivo da UC no uso público ▪ Produto com característica diferenciada, com maior grau de rusticidade e caráter eminente de aventura ▪ Possibilidade de acampar dentro da UC. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exuberância da Mata Atlântica como atrativo complementar às cavernas ▪ Interesse crescente do poder público de Apiaí e Iporanga no desenvolvimento do espeleoturismo ▪ Necessidade da população local em alternativas de emprego e renda ▪ Apoio dos grupos de espeleologia.

Além do diagnóstico do sistema turístico local que envolve o PETAR, o uso das cavernas depende também do perfil de público a ser atendido. Assim, foram considerados na presente análise todos os perfis de público que fazem uso da UC, elencados no Quadro 3.

Quadro 3. Perfis gerais de público nas cavernas do PETAR

Perfil Geral	Perfis Específicos	Exemplos Ilustrativos
Pesquisa	▪ Pesquisa pura	Datações paleoclimáticas.
	▪ Pesquisa aplicada	Análise do impacto da visitação na fauna cavernícola.
	▪ Pesquisa técnica	Perfil de público e grau de satisfação.
Espeleologia	▪ Prospecção	Identificação de novos trechos dentro da caverna.
	▪ Espeleotopografia	Mapeamento de trechos de uma caverna.
	▪ Espeleofotografia	Prática de técnica fotográfica em cavernas.
	▪ Espeleovertical	Prática de técnica vertical em cavernas.
	▪ Iniciação Espeleológica	Iniciação de membros de grupos de espeleologia.

Monitores e Voluntários	▪ Monitores Ambientais	Condução de turistas; Estágio de iniciação.
	▪ GVBS e grupos afins	Treinamento de técnicas de busca e salvamento.
Espeleoturismo	▪ Contemplação	Atividades de lazer contemplativo de cavernas, facilitadas por benfeitorias que resguardem a segurança para um público mais amplo o possível.
	▪ Estudo do Meio	Atividades de educação ambiental com escolas do ensino fundamental e médio.
	▪ Aula de Campo	Atividades de ensino com universidades, por meio da aplicação prática do conhecimento teórico.
	▪ Aventura ▪ Aventura – vertical	Atividades de lazer ativo/interativo, em trechos com pequena estrutura de apoio, limitada à segurança do visitante e do ambiente. Em alguns casos, com o uso de técnicas verticais.
	▪ PNEs	Adaptação de trechos de cavernas para PNEs, com ênfase, em um primeiro momento, às dificuldades locomotoras.

3. Diretrizes e linhas de ação do programa de uso público das cavernas

Com base no diagnóstico do sistema turístico local e dos perfis de público, foi desenvolvido o programa de uso público para as cavernas do PETAR, com sete diretrizes principais, divididas em 19 linhas ação (Quadro 4).

Quadro 4. Diretrizes, objetivos e linhas de ação para o Uso Público das cavernas do PETAR

Diretrizes	Objetivos Específicos	Linhas de Ação
Diretriz 1 – Delimitação e estruturação dos roteiros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Resguardar a conservação do ambiente ▪ Diminuir os riscos aos visitantes ▪ Melhorar a acessibilidade universal de cada roteiro. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Delimitação do caminhamento linear e das áreas de dispersão controlada;</i> 2. <i>Padronização do caminhamento e das benfeitorias com vistas à acessibilidade universal (NUNES et al., 2008);</i> 3. <i>Análise das estruturas e materiais das benfeitorias atuais e verificação da necessidade/possibilidade de substituição</i>
Diretriz 2 – Capacidade de carga	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mitigar as possibilidades de impactos da visitação no ambiente ▪ Agregar qualidade à visitação ▪ Permitir uma gestão racional dos roteiros. 	<ol style="list-style-type: none"> 4. <i>Implantação da capacidade de carga provisória (LOBO et al., 2010);</i> 5. <i>Registro diário da visitação em função do tempo e análise periódica dos dados.</i>
Diretriz 3 – Gestão do roteiro e manejo do visitante	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Condicionar a distribuição adequada do fluxo de visitantes ▪ Classificar o roteiro em nível de dificuldade ▪ Direcionar os fluxos de visitação conforme a sazonalidade espaço-temporal estabelecida nos diagnósticos e em função das análises de contingência. 	<ol style="list-style-type: none"> 6. <i>Implantação escalonada dos roteiros espeleoturísticos;</i> 7. <i>Acompanhamento e revisão da dinâmica do fluxo de visitação;</i> 8. <i>Sistemas de manutenção e limpeza dos roteiros espeleoturísticos;</i> 9. <i>Pesquisas de demanda e satisfação do usuário.</i>
Diretriz 4 – Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitar novos monitores ambientais e atualizar os monitores ambientais já formados ▪ Contratar e/ou capacitar mão-de-obra específica para a gestão dos roteiros espeleoturísticos. 	<ol style="list-style-type: none"> 10. <i>Criação da equipe de gestão do uso público das cavernas;</i> 11. <i>Criação de um programa de capacitação, atualização e especialização dos monitores ambientais.</i>

<p>Diretriz 5 – Sistema de Gestão</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer uma política de cadastramento de monitores ▪ Estabelecer políticas de acesso às cavernas para pesquisadores e espeleólogos ▪ Estabelecer uma política de cobrança dos roteiros ▪ Implantar um sistema integrado, informatizado, de controle e agendamento de visitas. 	<p><i>12. Criação e implantação de uma política de cadastramento de monitores e operadores de turismo;</i></p> <p><i>13. Criação e implantação de uma política de acesso às cavernas para pesquisadores e espeleólogos;</i></p> <p><i>14. Criação e implantação de uma política de cobrança diferenciada dos roteiros;</i></p> <p><i>15. Implantação de um sistema informatizado de controle, reserva e agendamento;</i></p> <p><i>16. Implantação de um sistema de gestão da segurança.</i></p>
<p>Diretriz 6 – Normas de visitação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contribuir para a conservação do ambiente e mitigação dos impactos da visitação ▪ Ampliar a segurança do visitante ▪ Agregar qualidade ao uso público das cavernas. 	<p><i>17. Criação e implantação de normas de uso para todos os perfis de público.</i></p>
<p>Diretriz 7 – Informação ao Visitante</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atrair novos turistas para a UC ▪ Possibilitar o conhecimento prévio das características básicas do local visitado ▪ Possibilitar o aprendizado acerca do ambiente visitado. 	<p><i>18. Criação e implantação do Roteiro das Cavernas do Estado de São Paulo;</i></p> <p><i>19. Desenvolvimento de material impresso e digital sobre as cavernas e seus respectivos roteiros.</i></p>

De um modo geral, as diretrizes e linhas de ação do Programa de Uso Público das cavernas do PETAR buscam cobrir todos os problemas identificados em seu uso sem planejamento. Com isso, busca-se não somente resolver os problemas de degradação do ambiente cavernícola, mas também de manejo da visitação no Parque e, em longo prazo, de alteração de algumas características do sistema turístico local.

Considerações finais

O sistema de turismo receptivo do PETAR constitui-se de um sistema consolidado. Todavia, para que seu patrimônio natural/espeleológico seja conservado e o turismo se reverta em promoção socioeconômica a toda a comunidade de sua área de influência, os documentos recém elaborados (Plano de Manejo da UC e PME das cavernas) que materializam o processo de planejamento devem ser implantados, re-orientando toda sua estrutura organizacional.

Essa reorientação deve passar por uma revisão das regras de visitação da UC e suas cavernas, hoje precárias e desorganizadas, com maior participação da comunidade local nos processos decisórios e por uma maior representatividade local política de gestão, com vistas a um COMTUR e órgãos municipais de gestão do turismo fortalecidos e atuantes. Passa também pela gestão compartilhada dos roteiros, visando o aproveitamento de potenciais atrativos turísticos como, por exemplo, o patrimônio cultural subaproveitado das comunidades

quilombolas de Iporanga, entre outras, de forma integrada aos atrativos do PETAR visando à melhor distribuição espacial dos benefícios do turismo.

Outro fator a se destacar é a necessidade de articulação dos Programas de Uso Público e Interação Socioambiental da UC com o Programa de Uso Público do PME visando o aprimoramento da visitação, pesquisa e interação social com a UC e suas cavernas, a qualificação profissional de monitores ambientais e demais trabalhadores do turismo de modo ao atendimento dos objetivos de conservação da UC e para que o preço deixe de ser o principal instrumento de competição entre as empresas de turismo locais e profissionais atuantes e passe a ser a qualidade e responsabilidade socioambiental o diferencial – um instrumento mais compatível com os objetivos da UC.

Algumas iniciativas já vêm sendo tomadas como a recém criação da Secretaria Municipal de Turismo de Iporanga (maio/2011) e a formação do primeiro grupo de monitores especializados em atrativos culturais do município o que poderá integrar roteiros que explorem os atrativos naturais e culturais da região e a crescente intenção de gestão articulada da UC entre entes dos poderes públicos estadual e municipais da região.

Referências

BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. 11.ed. rev. e atual. São Paulo: SENAC, 2006. 512 p.

BRASIL. **Lei n. 9985 de 18 de julho de 2000**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em <<https://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 4 dez. 2005.

FIGUEIREDO, L.A.V. de. **Cavernas como paisagens racionais e simbólicas**: imaginário coletivo, narrativas visuais e representações da paisagem e das práticas espeleológicas. 2010. 466 p. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

FOGAÇA, I. de F. Estudo das transformações da estrutura física do bairro da Serra, entorno do PETAR, em decorrência da atividade turística. **Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas**, Campinas, v.1, n.1, p.29-42, 2008.

FOGAÇA, I. de F.; OLIVEIRA, S.D. de; ROSA, L.G.; VIDAL, A.B.D.; VEIGA, A.P. **Relatório final de diagnóstico de ocupação humana para os planos de manejo espeleológico**. São Paulo: Ekos Brasil, 2009. 148 p.

GRECHI, D.C.; LOBO, H.A.S.; LUNAS, J.R. da S.; MARTINS, P.C.S. Autogestão e controle de visitantes: Voucher unificado em Bonito, MS In: PHILIPPI Jr., A.;

RUSCHMANN, D. van de M. (eds.) **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri: Manole, 2009, p. 913-933.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE. **Roteiro metodológico de planejamento**: parque nacional, reserva biológica, estação ecológica. Brasília: IBAMA, 2002. 136 p.

LOBO, H.A.S. Capacidade de carga real (CCR) da caverna de Santana, PETAR-SP e indicações para o seu manejo turístico. **Geociências**, Rio Claro, v.27, n.3, p.369-385, 2008a.

LOBO, H.A.S. Entre sabores e vivências: culinária típica local e ecoturismo no centro-sul do Brasil. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, v.1, n.1, p.34-50, 2008b.

LOBO, H.A.S.; MORETTI, E.C. Tourism in caves and the conservation of the speleological heritage: The case of the Serra da Bodoquena (Mato Grosso do Sul State, Brazil). **Acta Carsologica**, v.38, n.2/3, p.265-276, 2009.

LOBO, H.A.S.; MARINHO, M. de A.; TRAJANO, E.; SCALEANTE, J.A.B.; ROCHA, B.N.; SCALEANTE, O.A.F.; LATERZA, F.V. Planejamento ambiental integrado e participativo na determinação da capacidade de carga turística provisória em cavernas. **Turismo e Paisagens Cársticas**, v.3, n.1, p.31-43, 2010b.

MARINHO, M. de A. (Coord.) **Projeto “plano de uso recreativo do PETAR, Iporanga e Apiaí/SP**. São Paulo: WWF/Ing_Ong, 2002. 94p.

MARRA, R.J.C. **Espeleo turismo**: planejamento e manejo de cavernas. Brasília: WD Ambiental, 2001. 224 p.

MARTÍNEZ, A. de J.J. Aproximação à conceituação do turismo a partir da teoria geral de sistemas. In: TRIGO, L.G.G.; PANOSSO NETTO, A.; CARVALHO, M.A.; PIRES, P. dos S. (Eds.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005. p. 109-148.

NUNES, E.; LUZ, C.S.; ANJOS, D.T. dos; GONÇALVEZ, A.C.; FIGUEIREDO, L.A.V. de; ZAMPAULO, R. de A. Inclusão social de portadores de necessidades especiais (PNEs) e a prática do turismo em áreas naturais: avaliação de seis cavidades turísticas do Estado de São Paulo. **Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas**, v.1, n.1, p.77-88, 2008.

SCALEANTE, J.A.B.; ESPINHA, A.M.L.; LABEGALINI, J.A.; RASTEIRO, M.A.; SCALEANTE, O.A.F.; SCAGGIANTE, V.F. **Relatório final de diagnóstico de turismo para os planos de manejo espeleológico**. São Paulo: Ekos Brasil, 2009. 106 p.

SWARBROOKE, J.; HORNER, S. **O comportamento do consumidor em turismo**. São Paulo: Aleph, 2002. 405 p.